



Lusotopie

Recherches politiques internationales sur les espaces
issus de l'histoire et de la colonisation portugaises

XVI(2) | 2009

Afrobrésiliennité ? Luso-afrobrésiliennité ?

Carta aberta — Open Letter— Lettre ouverte



Édition électronique

URL : <http://journals.openedition.org/lusotopie/128>

ISSN : 1768-3084

Éditeur :

Association des chercheurs de la revue Lusotopie, Brill, Karthala

Édition imprimée

Date de publication : 1 juin 2009

Pagination : XIII-XVII

ISSN : 1257-0273

Référence électronique

« Carta aberta — Open Letter— Lettre ouverte », *Lusotopie* [En ligne], XVI(2) | 2009, mis en ligne le 01 novembre 2015, consulté le 08 mai 2019. URL : <http://journals.openedition.org/lusotopie/128>

Ce document a été généré automatiquement le 8 mai 2019.

Tous droits réservés

Carta aberta — Open Letter— Lettre ouverte

NOTE DE L'ÉDITEUR

As 802 assinaturas são disponíveis na... The 802 signatures are available at... Les 802 signatures sont disponibles sur ...<<http://www.petitiononline.com/port2009/petition.html>>

O concurso « As 7 maravilhas portuguesas no mundo » ignora a história da escravidão e do tráfico atlântico

Há mais ou menos vinte anos, vários países europeus, americanos e africanos vêm afirmando a memória dolorosa do comércio de africanos escravizados e valorizando o patrimônio que lhe é associado. Essa valorização se traduziu não somente na publicação de um grande número de obras historiográficas, mas também se expressou na realização de projetos como A Rota do Escravo iniciado pela Unesco em 1994.

Apesar das dificuldades e das lutas políticas que envolveram a emergência da memória do passado escravista das nações européias, americanas e africanas, de dez anos para cá a memória e a história do comércio atlântico passaram a fazer parte da memória pública de muitos países nos três continentes circundando o Atlântico. Em 2001, através da Lei Taubira, a França foi o primeiro país a reconhecer a escravidão e o tráfico atlântico como crimes contra a humanidade. Também na França, o 10 de Maio é doravante “dia nacional de comemoração das memórias do tráfico negreiro, da escravatura e das suas abolições”. Em 2001, em Durban na África do Sul, a Terceira Conferência da ONU contra o racismo inscreveu em suas declarações finais a escravidão como “crime contra a humanidade”. Em 1992, na Casa dos Escravos na Ilha de Gorée no Senegal, o Papa João Paulo II expressou suas desculpas pelo papel desempenhado pela Igreja Católica durante o tráfico atlântico. Bill Clinton, George W. Bush, e o próprio Presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva,

condenaram publicamente a participação passada de seus países no comércio atlântico de africanos escravizados. Em 2006, Michaelle Jean, governadora geral do Canadá, escolheu o Castelo de Elmina em Gana para denunciar passado escravista. Em 2007, durante as comemorações do aniversário de duzentos anos da abolição do tráfico de escravos pela Inglaterra, foi a vez do ministro Tony Blair expressar publicamente seu profundo pesar pelo papel da Grã-Bretanha no comércio de africanos escravizados.

Em pleno ano de 2009, o governo de Portugal e instituições portuguesas como a Universidade de Coimbra, escolheram um caminho oposto ao descrito acima. No primeiro semestre desse ano essas instituições apoiaram a realização de um concurso para escolher as Sete Maravilhas Portuguesas no Mundo. Na lista das Sete Maravilhas a serem votadas pelo público na internet (<http://www.7maravilhas.sapo.pt>), constam não somente o Castelo São Jorge da Mina (Elmina), entreposto comercial fundado pelos portugueses em 1482, mas também a Cidade Velha (Ribeira Grande) na Ilha de Santiago em Cabo Verde, além de Luanda e da Ilha de Moçambique. Ao descrever esses sítios, a organização do concurso optou por omitir o uso desses lugares para o comércio de escravos. No texto descrevendo o Castelo São Jorge da Mina ou Elmina chegou-se ao cúmulo de afirmar que aquele local foi entreposto de escravos somente a partir da ocupação holandesa em 1637.

Para ser fiel à história e moralmente responsável, consideramos que a inclusão desses “monumentos” no dito concurso deveria ser acompanhada de informações completas sobre o papel deles no tráfico atlântico, assim como sobre seu uso atual. O Castelo de São Jorge da Mina ou Elmina, por exemplo, é hoje um museu que tenta retratar a história do tráfico. Trata-se de um lugar visitado por milhares de turistas de todo o mundo, entre os quais muitos representantes da diáspora africana que buscam ali prestar homenagem a seus ancestrais. O governo português, as instituições que apóiam o concurso e sua organização ignoraram a dor daqueles que tiveram seus antepassados deportados desses entrepostos comerciais e muitas vezes ali mortos. Seria possível desvincular a arquitetura dessas construções do papel que elas tiveram no passado e que ainda têm no presente enquanto lugares de memória da imensa tragédia que representou o tráfico transatlântico e a escravidão africana nas colônias européias? Segundo as estimativas mais recentes (www.slavevoyages.org), Portugal e posteriormente sua ex-colônia, o Brasil, foram juntos responsáveis por quase a metade dos 12 milhões de cativos transportados através do Atlântico.

Em respeito à história e à memória dos milhões de vítimas do tráfico atlântico de escravos, viemos através desta carta aberta repudiar a omissão do papel que tiveram esses lugares no comércio atlântico de africanos escravizados. Convidamos todos aqueles que têm um compromisso com a pesquisa do tráfico atlântico de escravos e da escravidão a repudiar que essa história seja banalizada e apagada em prol da exaltação de um passado português glorioso expresso na suposta “beleza” arquitetural de tais sítios de morte e tragédia.

Maio de 2009

* * *

The contest “The Seven Portuguese Wonders” ignores the history of slavery and the slave trade

About twenty years ago several European, American and African countries started affirming and promoting the painful memory and heritage of slavery and the Atlantic slave trade. The promotion of the slave past was translated not only by the publication of a large number of historical works but also by the development of projects as the Slave Route Project launched by Unesco in 1994.

Over the last ten years, despite the difficulties and the fights involving the emergence of the memory of the slave past of European, American and African nations, the memory and the history of the Atlantic slave trade were integrated into the public memory of several countries in the three continents at both sides of the Atlantic. In 2001, through the Law Taubira, France was the first country to recognize slavery and the slave trade as crimes against humanity. Also in France, the May 10th is now the National Day of Commemoration of the Memories of the Slave Trade, Slavery and its Abolitions ». In 2001, in Durban, South Africa, the Third Conference of the United Nations Against Racism declared slavery as « crime against humanity ». In 1992, at the House of Slaves in Gorée Island (Senegal), the Pope John Paul II expressed his apologies for the role played by the Catholic Church in the period of the Atlantic slave trade. Visiting Africa, Bill Clinton, George W. Bush and the Brazilian President, Luis Inácio Lula da Silva also condemned the wrongs of the slave past. In 2006, Michaëlle Jean, Governor General of Canada, during a visit to Elmina Castle (a site participating in the contest) in Ghana, denounced the Atlantic slavery past. In 2007, during the commemorations of the 200th anniversary of the British abolition of the slave trade, the PM Tony Blair also expressed his deep sorrow for the role played by England in the Atlantic trade of enslaved Africans.

In 2009, the government of Portugal, and several Portuguese institutions as the University of Coimbra, chose the opposite path. During the first semester of this same year, these institutions supported the organization of a contest to choose the Seven Portuguese Wonders in the World. In the list of the sites to be voted by the public on Internet (<http://www.7maravilhas.sapo.pt>), one can find not only Elmina Castle (or Castle São Jorge da Mina), a slave trading outpost and warehouse, founded by the Portuguese in 1482, but also the Cidade Velha of Ribeira Grande of Santiago Island in Cape Verde, as well as Luanda and Mozambique Island. When describing these sites, the organization of the contest omitted the history of these places and the use they had during the period of the Atlantic slave trade. In the text describing the Elmina Castle, they affirm that this site served as slaves warehouse only after the Dutch occupation in 1637.

In the name of historical accuracy and in order to be morally responsible, we consider that the inclusion of these « monuments » in such a contest should be followed by the full information about their role during the Atlantic slave trade, and also by an explanation about the present use of these sites. Presently, the Elmina or São Jorge da Mina Castle, is a museum that tries to represent the history of the Atlantic slave trade. Each year, thousands of visitors from the whole world, among them many members of the African Diaspora, visit the castle to honor their ancestors. The Portuguese government, the

institutions supporting the contest and its organizers ignored the pain of all those whose ancestors were deported from these sites or those who were raped or died there while waiting to be embarked. Is it possible to separate the architecture of these sites from the role they had in the past and still have in the present, as places of memory of the great tragedy that was slavery and the slave trade to the European colonies? According to recent studies (www.slavevoyages.org), Portugal and later Brazil, its former colony, were responsible for almost the half of the 12 million captives transported through the Atlantic.

In respect to the history and the memory of millions of victims of the Atlantic slave trade, we write this letter to denounce the omission of the role these sites had in the Atlantic slave trade. We invite all those who are concerned by the research on slavery and the Atlantic slave trade to disagree with the attempt to diminish and erase the history of this commerce, in order to exalt a glorious Portuguese past expressed in the architectural « beauty » of these sites of death and tragedy.

May 2009

* * *

Le concours « Les 7 merveilles portugaises » ignore l'histoire de l'esclavage et de la traite transatlantique

Il y a environ vingt ans, plusieurs pays européens, américains et africains, ont commencé à affirmer la mémoire douloureuse de la traite des Africains mis en esclavage aux Amériques et à mettre en valeur le patrimoine qui lui est lié. Cette mise en valeur fut traduite non seulement par la publication d'un grand nombre d'ouvrages historiographiques mais s'exprima aussi par la mise en œuvre de projets comme La Route de l'Esclave initié par L'Unesco en 1994.

Malgré les difficultés et les luttes ayant entouré l'émergence de la mémoire du passé esclavagiste des nations européennes, américaines et africaines, depuis dix ans, la mémoire et l'histoire de la traite atlantique ont commencé à intégrer la mémoire publique de plusieurs pays dans les trois continents du pourtour atlantique. En 2001, par la loi Taubira, la France fut le premier pays à reconnaître l'esclavage et la traite atlantique des esclaves comme *crime contre l'humanité*. Aussi en France, le 10 mai est désormais « Journée Nationale de Commémoration des Mémoires de la traite négrière, de l'esclavage et de ses abolitions ». En 2001, à Durban en Afrique du Sud, la Troisième Conférence de l'ONU contre le racisme a inscrit dans ses déclarations finales l'esclavage en tant que « crime contre l'humanité ». En 1992, à la Maison des esclaves dans l'Île de Gorée au Sénégal, le Pape Jean-Paul II a formulé des excuses pour le rôle joué par l'Église Catholique dans la traite transatlantique. En visite en Afrique, Bill Clinton, George W. Bush et le Président du Brésil Luis Inácio Lula da Silva, ont condamné les erreurs du passé esclavagiste. En 2006, Michaëlle Jean, gouverneure générale du Canada, en visite au Fort Elmina (site qui fait partie du concours) au Ghana a dénoncé le passé esclavagiste. En 2007, pendant les commémorations de l'anniversaire de deux-cents ans de l'abolition de la traite britannique, Tony Blair a exprimé son profond regret par le rôle joué par la Grande-Bretagne dans le commerce atlantique d'Africains mis en esclavage.

En 2009, le gouvernement du Portugal et plusieurs institutions portugaises dont l'Université de Coimbra, ont choisi le chemin opposé à celui qui vient d'être décrit. Au cours du premier semestre de cette même année, ces institutions ont appuyé la réalisation d'un concours en vue de choisir les Sept Merveilles Portugaises dans le Monde. Dans la liste des sites des merveilles à être élues par le public sur Internet (<http://www.7maravilhas.sapo.pt>), on trouve non seulement le Fort São Jorge da Mina (ou Elmina) entrepôt commercial fondé par les Portugais en 1482, mais aussi la Cidade Velha (Ribeira Grande), Île de Santiago au Cap Vert, ainsi que Luanda et l'Île de Mozambique. En décrivant ces sites, l'organisation du concours a omis de faire référence à l'histoire et de signaler l'usage qu'avaient ces lieux pendant le commerce atlantique des esclaves. Dans le texte décrivant le Fort Elmina, on affirme que ce site fut entrepôt d'esclaves seulement après l'occupation hollandaise du site, à partir de 1637.

Par fidélité à l'histoire et responsabilité morale, nous considérons que l'inclusion de ces « monuments » dans un tel concours devrait être accompagnée d'informations complètes sur leur rôle dans le commerce atlantique, de même que sur leur usage présent. Le Fort de São Jorge da Mina ou Elmina, par exemple, est aujourd'hui un musée qui essaie de représenter l'histoire du commerce atlantique. Il s'agit d'un lieu visité par des milliers de touristes du monde entier, parmi lesquels plusieurs représentants de la diaspora africaine qui cherchent à y rendre hommage à leurs ancêtres. Le gouvernement portugais, les institutions qui appuient le concours et ses organisateurs ignorent la douleur de ceux dont les ancêtres furent déportés à partir de ces entrepôts commerciaux ou sont décédés sur place. Est-il possible d'envisager de séparer l'architecture de ces sites du rôle qu'ils ont eu dans le passé et qu'ils atlantique et l'esclavage des Africains dans les colonies européennes ? D'après des estimations récentes (www.slavevoyages.org), le Portugal, et plus tard son ex-colonie, le Brésil, furent ensemble responsables pour presque la moitié des 12 millions de captifs transportés par l'Atlantique.

Par respect face à l'histoire et à la mémoire des millions de victimes de la traite atlantique des esclaves, nous venons par la présente dénoncer l'omission du rôle qui ont eu ces lieux dans le commerce atlantique d'Africains mis en esclavage. Nous invitons tous ceux et celles qui sont concernés par la recherche sur le commerce atlantique des esclaves et sur l'esclavage à manifester leur désaccord avec le fait que l'histoire de ce commerce soit banalisée et effacée au profit de l'exaltation d'un passé portugais glorieux exprimé dans la « beauté » architecturale de tels sites de tragédie.

Mai 2009